

A relação de poder e dominação de Amaro e Amélia
em O crime do padre Amaro, de Eça de Queirós

Jean Marcel Oliveira Araújo- vmjo@terra.com.br
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

RESUMO: *A relação de poder e dominação de Amaro e Amélia em O crime de padre Amaro, de Eça de Queirós* Partindo da definição dos conceitos de poder e dominação, a presente comunicação tem por objetivo analisar a relação entre os personagens Amaro e Amélia no romance *O crime de padre Amaro*, de Eça de Queiros. Para referida análise, fizemos uso de uma grade de análise com os referidos conceitos e da pesquisa documental.

Palavras-chave: poder; dominação masculina

A relação de poder e dominação de Amaro e Amélia em O crime do padre Amaro, de Eça de Queirós

Jean Marcel Oliveira Araújo- vjmo@terra.com.br
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Só esta liberdade nos concedem
Os deuses: submetemo-nos
Ao seu domínio por vontade nossa.
Mais vale assim fazermos
Porque só na ilusão da liberdade
A liberdade existe.

Nem outro jeito os deuses, sobre quem
O eterno fado pesa,
Usam para seu calmo e possuído
Convencimento antigo
De que é divina e livre a sua vida.

Nós, imitando os deuses,
Tão pouco livres como eles no Olimpo,
Como quem pela areia
Ergue castelos para encher os olhos,
Ergamos nossa vida
E os deuses saberão agradecer-nos
O sermos tão como eles.

(Ricardo Reis)

Tema sempre recorrente na Literatura, as relações de poder e dominação são apresentadas pelos literatos sob a forma de representações sociais. Por serem construídas no campo do imaginário, tais representações não podem ser tomadas como a realidade material, pois não informam a maneira como os homens agiam segundo as referidas relações. Mas Por serem elementos permeados pelo simbólico, construídos numa dimensão da realidade, cujo significado é encontrado na forma como o real pode ser interpretado, elas nos permitem analisar o modo como os escritores pensavam tais relações.

Essa interpretação segue a lógica de um campo específico. No caso da Literatura, os escritores interpretam a realidade de acordo com a lógica do campo intelectual. Por isso, a maneira como as relações de poder e dominação se apresentam na obra literária, deve ser analisada a fim de identificar sua função social, visto que, ao construir sentidos cuja

influência organiza e orienta tanto as ações individuais quanto as concepções que os indivíduos têm de si e dos outros, elas atualizam, modificam ou refutam padrões sociais.

Assim, tomando como pressuposto a possibilidade de relacionar Literatura e Sociologia e partindo da definição dos conceitos de poder e dominação, procuramos analisar as relações entre os personagens Amaro e Amélia.

1. Definindo poder e dominação

Weber (1999: 33) define poder como “toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”, ou seja, diz respeito à capacidade de todo e qualquer sujeito imputar sentido, de impor a sua vontade sobre a dos demais. O poder constitui toda e qualquer oportunidade que um homem, ou um grupo de homens, têm de realizar sua vontade, mesmo contra a resistência de outros homens que participam da vida em sociedade, de conseguir impor sua vontade sobre a vontade de outras pessoas.

Entretanto, como o próprio autor procura explicar, o conceito de ‘poder’ é sociologicamente amorfo. Todas as qualidades de uma pessoa e todas as situações possíveis podem pôr alguém em condições de impor sua vontade, numa situação dada. Por isso, o conceito sociológico de ‘dominação’ deve ser mais preciso e só pode significar a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem.

A dominação, “caso especial do poder” (p. 189), consiste na “probabilidade de encontrar obediência a uma determinada ordem, pode ter seu fundamento em diversos motivos de submissão” (Weber, 2001: 349). Ela pode ser determinada por uma constelação de interesses (vantagens e desvantagens) por parte daquele que obedece, pode depender de um mero costume ou ter o seu fundamento no puro afeto. A dominação constitui um dos elementos mais importantes da ação social, mas uma dominação que repouse apenas nesses fundamentos seria relativamente instável. Nenhuma dominação contenta-se voluntariamente com motivos puramente materiais ou afetivos ou racionais referentes a valores, como possibilidades de sua persistência. Todas procuram despertar e cultivar a crença em sua ‘legitimidade’, pois, dependendo da natureza da legitimidade pretendida, difere o tipo de obediência e do quadro administrativo destinado a garanti-la, bem como o caráter do exercício da dominação. E, também com isso diferem seus efeitos.

Assim, as relações entre dominantes e dominados se fundamenta nas bases jurídicas nas quais se fundamenta a sua legitimidade. Assim, as bases da legitimidade da dominação são apenas três, cada uma entrelaçada a uma estrutura sociológica profundamente diversa dos quadros e dos meios da administração.

A dominação carismática se dá pela devoção afetiva à pessoa do senhor e seus dotes sobrenaturais. A vigência da legitimidade desse tipo de dominação é de caráter carismático, “baseada na veneração extracotidiana da santidade, do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas, obedece[ndo]-se ao líder carismaticamente qualificado como tal, em virtude de confiança pessoal em revelação, heroísmo ou exemplaridade dentro do âmbito da crença nesse seu carisma” (Weber, 1999: 141). Este é uma qualidade extracotidiana (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes de caçadores e heróis de guerra) através da qual podem ser atribuídos a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como ‘líder’” (p. 158/9). O tipo de dominação carismática rompe com o passado (dentro de seu âmbito) e, neste sentido é especificamente revolucionária, não conhecendo a apropriação do poder senhorial ao modo de uma propriedade de bens, seja pelo senhor seja por poderes estamentais. Só é ‘legítima’ quando e na medida em que ‘vale’, isto é, “encontra reconhecimento, o carisma pessoal, em virtude de provas; e os homens de confiança, discípulos ou sequazes só lhe são ‘úteis’ enquanto tem vigência sua confirmação carismática” (p.160).

Já a dominação tradicional existe em virtude da crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito tempo existentes. A vigência de sua legitimidade é de caráter tradicional, “baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições representam a autoridade, obedece[ndo]-se à pessoa do senhor nomeada pela tradição e vinculada a ela (dentro do âmbito da vigência dela), em virtude de devoção aos hábitos costumeiros” (p. 141). Esta se origina em tipos de dominação como a gerontocracia, patriarcalismo, patrimonialismo, sultanista ou estamentismo. Pode ser incluída nesta classificação a dominação masculina. Segundo Bourdieu (2005: 09), este tipo de dominação é apoiado na violência simbólica e estabelecida a partir do compartilhamento entre quem domina e quem é dominado. Isto não ocorre a partir de mecanismos conscientemente elaborados pelos homens para exercer sobre as mulheres, mas a um gradativo processo de “socialização do biológico e de biologização do social”. O dominador não é um superior, mas senhor pessoal, seu quadro administrativo não

se compõe primariamente de funcionários, mas de servidores pessoais e os dominados não são membros da associação mas companheiros tradicionais ou súditos.

E, por fim, encontramos a dominação legal, que existe em virtude de um aparato legal. A vigência de sua legitimidade é de caráter racional, “baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação, obedece[ndo]-se à ordem impessoal, objetiva e legalmente estatuída e aos superiores por ela determinados, em virtude da legalidade formal de suas disposições e dentro do âmbito de vigência destas” (Weber. 1999: 141). Seu tipo mais puro é a dominação burocrática, segundo a qual quem manda é o superior, cujo direito de mando está legitimado pelas regras estatuídas no âmbito de uma competência concreta, legitimada e especializada. O dever da obediência está graduado numa hierarquia de cargos, com obediência dos inferiores à vontade dos superiores.

Feita, então, a definição dos conceitos de poder e dominação, buscaremos agora explicar a relação entre as personagens Amaro e Amélia.

2. A relação entre Amaro e Amélia

A análise da relação entre Amaro e Amélia deve ter como ponto de partida a descrição dos personagens, pois essa será de grande ajuda para compreendê-la. A primeira como aparece no romance será a do padre Amaro Vieira. Nascido em Lisboa, este era filho órfão de dois criados do marquês de Alegros. O pai havia morrido de apoplexia e a mãe sucumbira, um ano após o marido, a uma tísica de laringe. Ele tinha uma irmã mais velha que morava com a avó em Coimbra, e um tio, merceeiro abastado do bairro da Estrela, com quem vai morar após a morte da marquesa.

A marquesa ganhara-lhe a amizade, conservando-o em sua casa. A marquesa decide torná-lo padre. É um fraco tanto física quanto psicologicamente. Aceita o sacerdócio passivamente: “sua figura amarelada e magrita pedia aquele destino recolhido” (p. 30). Era um *mosquinha-morta*, diziam os criados. Foi educado no meio da criadagem da marquesa, sendo utilizado pelas criadas em suas intrigas umas com as outras, o que o torna “enredador. Muito mentiroso” (Queirós, 2002, p. 31).

Com a morte da Marquesa de Alegros, Amaro passa a morar na casa do tio. Ali não encontrou o elemento feminino e carinhoso, em que esteve envolvido em Carcavelos. Não era notado pela tia, que passava os dias lendo romances, análises dos teatros nos jornais, vestida de seda, coberta de pó-de-arroz, o cabelo em cachos, esperando passar debaixo das janelas o

galã de Trindade: Cardoso. Já o tio se o notara era para dele se apropriar, fazendo erguer-se logo às cinco da manhã, para despachar ao balcão. A tia chamava-lhe de cebola e o tio, de burro. Tal tratamento faz o rapaz desejar o seminário como um libertamento. Experiência esta vivenciada por ele já um ano antes de entrar no seminário, visto que o tio fê-lo ir a um mestre para aprender o latim. Fora dispensado do balcão.

No seminário, com sua natureza incaracterística, lentamente foi se submetendo como uma ovelha indolente às regras: decorava regularmente seus compêndios, executava prudentemente os serviços eclesiásticos. Calado e encolhido, o aspirante a padre curvava-se muito baixo diante das lentes, chegando a ter boas notas. Não compreendia nem aqueles que pareciam gozar o seminário com beatude e macerava os joelhos, ruminando textos da *Imitação* ou do Santo Inácio; muito menos os ambiciosos, seja os que aspiravam os altos cargos dentro da instituição religiosa como também os que as piravam à vida fora dela, como militares ou agricultores. Contudo, era simpático para com aqueles que viam o seminário como “tempo das galés”, isto é, aspiravam à vida livre.

Dois meses após terminar o seminário, Amaro foi nomeado pároco de Feirão, na Gralheira, serra da Beira Alta. Feirão era uma paróquia pobre de pastores e quase desabitada. Muito ocioso, Amaro passa o tempo ruminando o seu tédio, o que o leva a escrever à irmã. Ela manda-lhe doze moedas para que fosse a Lisboa requerer a vaga em paróquia mais populosa, como Santarém e Leiria, com boas cômguas (pensão recebida pelos padres para o seu sustento). Por influência do conde de Ribamar, obtém a paróquia de Leiria, onde se hospeda, por intermédio de seu mestre, o Cônego Dias, na casa da S. Joaneira. Em Leiria, espanta-se, no início, com a hipocrisia explícita dos seus colegas de batina, mas todas essas situações, somadas ao ambiente de servilismo beato da casa onde está hospedado, fazem com que ele adote ações desonrosas. No final do romance, ele tornou-se idêntico aos seus pares. Nos fins de maio de 1871, em meio aos acontecimentos relativos à Comuna de Paris, uma conversa entre Amaro e o cônego Dias, mostra, de forma clara, como Amaro e os outros eclesiásticos representam o clero sem vocação e hipócrita (p. 356):

[...] Ah! A sociedade estava ameaçada por monstros desencadeados! Eram necessárias as antigas repressões, a masmorra e a força. Sobretudo inspirar aos homens a fé e o respeito pelo sacerdote.

— Aí é que está o mal, disse Amaro, é que nos não respeitam! Não fazem senão desacreditar-nos... Destroem no povo a veneração pelo sacerdócio...

— Caluniam-nos infamemente, disse num tom profundo o cônego.

Já a personagem Amélia Caminha é o resultado de uma formação num meio provinciano, centrado em torno do poder eclesiástico. A sua casa era um beatério, centro de

convivência dos poderosos e amorais clérigos da cidade, onde imperava a superficialidade dos rituais e a deformação dos conceitos religiosos cristãos (o que justifica a dominação destes sacerdotes sobre o grupo de fiéis), como nos faz acreditar o narrador, quando nos apresenta o outro lado da moeda a paróquia do padre Ferrão. Naquela paróquia urbana, a Igreja é parte ativa do poder político (Igreja e Estado estavam indissociáveis), que a utiliza nas suas manobras eleitoreiras e lhe dá privilégios sociais, prestígio e poder.

Amélia vivia, portanto, rodeada de cônegos e padres. Quando pequena começou a tomar lições de música com um mestre conhecido do chantre, apelidado por todos de *Tio Cegonha*, por sua alta magresa e seu ar solitário. Aos quinze anos, teve uma paixão de verão por Augustinho, filho do sr. Brito de Alcobaça. Este casara-se meses depois, fazendo Amélia chora com a notícia. Amélia mudara muito, crescera. Até os vinte e dois anos, passa a viver para a religião e para a igreja, Deus se tornara para ela seu luxo (p. 68):

A sua devoção subsistia, mas alterada: o que amava agora na religião e na igreja era o aparato, a festa - as belas missas cantadas ao órgão, as capas recamadas de ouro, reluzindo entre os tocheiros, o altar-mor na glória das flores cheirosas, o roçar das correntes dos incensadores de prata, os uníssonos que rompem briosamente no coro das aleluias. Tomava a Sé como a sua Ópera: Deus era o seu luxo.

Aos 23 anos, alta, forte e "muito desejada", possui um temperamento sentimental, romântico e fortemente sensual. Órfã de pai, sua mãe é amante do cônego Dias e ela é uma devota simplória e passiva, atraída pelo ritual católico. Namora João Eduardo, escrevente de cartório. Conhece, então, o Padre Amaro, pároco da Sé de Leiria, hóspede na casa de sua mãe. Apaixona-se e entrega-se a ele com total submissão.

Essa submissão de Amélia à vontade do padre Amaro Vieira fica evidente no capítulo XVII. Ela sentia prazer em ser dominada por esse homem, este o sentia em exercer a dominação sobre ela. Ela “gozava em se humilhar, oferecer-se sempre, sentir-se toda dele, toda escrava” (p. 242). Amélia obedecia sem resistências e sua entrega era completa, pois até seus pensamento e vida eram de Amaro. Ela descarregava-se nele, “com satisfação, daquele fardo da responsabilidade que sempre lhe pesara a vida” (p. 242). Para ela, Amaro era belo, “superior aos condes e aos duques, tão digno da mitra como os mais sábios” (p. 242). O que ele queria ou dizia era “uma razão toda suficiente e toda poderosa” (p. 242) para ela. Mas, essa submissão somente encontrava razão de ser na vontade de dominar de Amaro, que lhe fora interiorizada desde muito cedo (p. 242):

Amaro gozava prodigiosamente esta dominação; ela desforrava-o de todo um passado de dependências — a casa do tio, o seminário, a sala branca do Sr. Conde de Ribamar... A sua existência de padre era uma curvatura humilde que

lhe fatigava a alma; vivia da obediência ao senhor bispo, à câmara eclesiástica, aos cânones, à Regra que nem lhe permitia ter uma vontade própria nas suas relações com o sacristão. E agora, enfim, tinha ali aos seus pés aquele corpo, aquela alma, aquele ser vivo sobre quem reinava com despotismo.

Ele gozava em dominar, pois somente assim, ao encontrar alguém para lhe ser submisso, podia, então, desforra-se de todo o passado de dependência. Passado este que, embora de submissão à vontade de outrem, lhe ensinara a querer dominar. Como ele mesmo explica sua existência de padre também lhe fatigava a alma, pois “vivia da obediência ao senhor bispo, à câmara eclesiástica, aos cânones, à Regra que nem lhe permitia ter uma vontade própria nas suas relações com o sacristão” (p. 242). Como diria Weber, a capacidade de impor sua vontade era deslocada por outra cuja legitimidade era mais aceita que a sua, seja pelo aparato legal ou por força da tradição. A dominação do tipo tradicional, que exercia sobre Amélia, fazia-o se igualar a Deus, senhor “duma criatura que o temia e lhe dava uma devoção pontual” (p. 242).

A paixão de Amélia por Amaro, tornara-a estúpida e obtusa a tudo o que não respeitasse ao senhor pároco ou ao seu amor. Amaro também não deixava por menos, vedava-lhe toda possibilidade de iniciativa ou possibilidade de ter conhecimento: “não lhe consentia interesses, curiosidade alheias a sua pessoa. Proibia-lhe até que [ela] lesse romances e poesias” (p. 242). Ele tinha medo “de a ver subtrair-se ao seu império, perder-lhe a adoração muda e absoluta” (p. 242). Como demonstrado pela tradição católica o conhecimento foi o responsável pela desgraça do homem e sua expulsão do paraíso. Amaro parecia ter consciência da fragilidade de sua dominação sobre ela. Toda vigilância sobre a alma e a vontade de Amélia era pouca, pois qualquer vacilo o demônio (outro senhor) podia aproveitar-se para usurpar-lhe o lugar.

Segundo Bourdieu (2005), a estrutura sobre qual repousa a dominação masculina impõe suas pressões aos dois termos dessa relação, portanto, não somente à Amélia, que se entrega totalmente a essa submissão, como também ao próprio dominante, que é dominado por sua dominação, fazendo um esforço desesperado, e bastante patético, mesmo em sua triunfal inconsciência, que todo homem tem que fazer para estar à altura de sua idéia infantil de homem.

No romance, a dominação do masculino, que encontra no feminino um elemento passível de obedecê-lo, pode ter seu fundamento justificado pela educação religiosa recebida por Amélia. Segundo o livro de Gênesis, após comer do fruto da árvore do conhecimento Deus sentencia os infratores: Eva e Adão. À mulher couberam os castigos de sofrimento, da paixão e da dominação: “Vou fazê-la sofrer muito em sua gravidez: entre dores, você dará à

luz seus filhos; a paixão vai arrastar você para o marido, e ele a dominará” (BIBLIA SAGRADA. GÊNESIS, p. 16).

Dessa forma, religião católica configura-se, no contexto da narrativa queirosiana, enquanto elemento para compreender não somente a relação entre Amaro e Amélia, que está assenta, segundo os padrões religiosos, na relação hierarquizada entre o feminino e o masculino, mas também a relação entre clero e sociedade. O clero é detentor do capital simbólico e, por isso, através de representações, linguagens e palavra autorizada, reforçando e sacralizando a relação desigual entre homens e mulheres, pode manipular tanto a produção simbólica quanto a circulação dos bens simbólicos. A estrutura deste campo religioso é um espaço caracterizado por lutas e tensões entre os agentes e as instituições. Para Bourdieu (2003), a concorrência pelo poder religioso deve sua especificidade ao fato de que seu alvo reside no monopólio do exercício legítimo do poder de modificar em bases duradouras e em profundidade a prática e a visão do mundo dos leigos, impondo-lhes e inculcando-lhes um *habitus* religioso particular, isto é, uma disposição duradoura, generalizada e transferível de agir, de pensar e de sentir conforme os princípios de uma visão (quase) sistemática do mundo e da existência, como pode ser percebida na passagem em que as beatas queimam os pertences de João Eduardo (Queirós, 2002, p. 210):

A sala vibrava agora com a gralhada das senhoras, arrebatadas num furor santo. D. Josefa Dias, D. Maria da Assunção falavam com gozo do fogo, enchendo a boca com a palavra, numa delícia inquisitorial de exterminação devota. Amélia e a Gansoso, no quarto, rebuscavam pelas gavetas, por entre a roupa branca, as fitas e as calcinhas, à caça dos "objetos excomungados". E a S. Joaneira assistia, atônita e assustada, àquele alarido de auto-de-fé que atravessava bruscamente a sua pacata, refugiada ao pé do cônego, que depois de ter rosnado algumas palavras sobre "a Inquisição em casas particulares", se enterrara comodamente na poltrona.

— É para lhes fazer sentir que se não perde impunemente o respeito à batina, dizia Natário baixo a Amaro.

O pároco assentiu, com um gesto mudo de cabeça, contente daquelas cóleras beatas que eram como **a afirmação ruidosa do amor que lhe tinham as senhoras**. (Grifos nossos)

O romance desvela simbolicamente a ordem estabelecida, ao por em evidência a forma como os párocos incutiam no séqüito de beatas o fato de que a submissão feminina ao homem é antes um retrato da relação de dominação exercida pelo clero sobre a sociedade, do divino sobre o humano. Desse modo, o poder religioso investe ao poder político a normalidade, tornando como natural a dominação e a exclusão de mulheres do controle da instituição. Tal controle é feito por meio da sua teologia, dos seus discursos e normas (Bourdieu 2003, p. 69):

A estrutura das relações entre o campo religioso e o campo do poder comanda, em cada conjuntura, a configuração da estrutura das relações constitutivas do campo religioso que cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política.

A lógica interna da dominação só funciona porque os padres utilizavam categorias do ponto de vista dos leigos, o que faz com que as beatas não percebessem que aquela é uma relação de forças, pois essa relação de força que nos sistemas simbólicos se exprime só se manifestava neles em forma irreconhecível de relações de sentido (Bourdieu, 2002: 14). A tradição judaico-cristã reforça a dominação masculina. Esta estava impregnada, como pode ser percebido ao transcorrer da narrativa de “O crime de padre Amaro”, nos textos tidos como sagrados, nas doutrinas, nos códigos internos e nos cantos, isto é, numa professada tradição: no modo, justificado pela tradição religiosa daquele grupo social, como eram exercidas as suas respectivas religiosidades. O papel de dominar está estreitamente relacionado ao masculino enquanto a submissão ao elemento feminino.

Considerações finais

A partir da leitura do romance “O crime de padre Amaro”, de Eça de Queirós, é possível, com base nos conceitos de poder e dominação, estabelecer dois planos de leitura. No primeiro plano, temos a relação entre as personagens Amaro Vieira e Amélia Caminha. Uma relação segunda a qual predomina a dominação masculina, justificada pela tradição. No segundo plano, a partir da relação entre as personagens, perceber a dominação tradicional, cuja vigência de sua legitimidade tem por base textos tidos como sagrados, nas doutrinas, nos códigos internos e nos cantos, isto é, numa professada tradição, que o clero exerce sobre a sociedade.

Referências

- BIBLIA SAGRADA: Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990.
BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2003.
BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
QUEIRÓS, Eça de. O crime de padre Amaro. São Paulo: Ática, 2002.
WEBER, M. Metodologia das ciências sociais: parte II. São Paulo; Campinas: Cortez; Unicamp, 2001.
WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. I. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.